

## DIFERENTES PERSPECTIVAS DE CIDADANIA DIGITAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOB O OLHAR DAS MATRIZES EPISTÊMICAS

*João Paulo dos Santos da Silva*  
Universidade da Amazônia- UNAMA  
[joaopssilva803@gmail.com](mailto:joaopssilva803@gmail.com)

*Diana Cruz Rodrigues*  
Universidade da Amazônia-UNAMA  
[dicruzrodrigues@gmail.com](mailto:dicruzrodrigues@gmail.com)

### RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar as diferentes perspectivas epistêmicas de cidadania digital e sua relação no sentido da observação do quadro geral da temática. As revisões sistemáticas de literatura já realizadas sobre cidadania digital possuem um gap relacionado a não apresentação das diferentes matrizes epistêmicas que compõem o campo de estudo. Utilizando como categorias de análise as matrizes constituintes do círculo das matrizes epistêmicas proposto por de Paula (2016), foi realizada uma revisão sistemática da literatura observando como os estudos em cidadania digital se constituem a partir das matrizes empírico-analítica, hermenêutica e crítica. Os estudos das diferentes matrizes de cidadania digital foram apresentados de forma a permitir a visão deles enquanto um todo integrado. Esta integração entre os interesses das diferentes matrizes permite a expansão do campo de estudos de cidadania digital.

**Palavras-chave:** Cidadania digital; Revisão sistemática; Matrizes epistêmicas; Epistemologia

**Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** 10 – Redução das Desigualdades

## 1 INTRODUÇÃO

Revisões de literatura são formas sistematizadas de coletar e sintetizar o conhecimento acumulado sobre alguma temática ou conceito, permitindo o avanço do conhecimento a facilitando o desenvolvimento teórico (Snyder, 2019; Wall et al., 2015). Através da revisão de literatura podemos organizar quantitativamente ou qualitativamente diversos estudos em um campo de pesquisa e observar as teorias e métodos e como podemos avançar neste campo (Wall et al., 2015).

Existem várias perspectivas e métodos quantitativos e qualitativos disponíveis para a realização de uma revisão de literatura. Uma revisão de literatura pode ser realizada a partir de uma perspectiva semi-sistemática, sistemática ou integrativa (Snyder, 2019) e os dados coletados podem ser sintetizados através de um método narrativo, de uma meta análise ou de uma revisão crítica (Wall et al., 2015).

Apesar de ser uma forma eficiente de observar o estado da arte de determinada temática ou conceito, revisões de literatura não são construções neutras que conseguem abarcar todas as diferentes perspectivas epistemológicas presentes em um tema de estudo. As revisões de literatura, consciente ou inconscientemente, são constructos impregnados por fatores ideológicos presentes no campo de estudo (Bispo, 2023; Wall et al., 2015) que afetam os resultados encontrados. A adoção de determinados protocolos preestabelecidos, sem um olhar crítico, tende a apresentar o campo de estudo apenas através de uma perspectiva hegemônica, sem observar produções que desafiam esta visão (Bispo, 2023).

Neste sentido, faz-se necessário a construção de revisões de literatura que questionem a apresentação apenas das perspectivas hegemônicas presentes no campo de estudo. A adoção de um olhar crítico sobre a escolha e análise das obras que compõe a revisão permite a observação de perspectivas não alinhadas a hegemonia ideológica do campo (Wall et al., 2015).

Cidadania digital é uma temática que vem avançando nos últimos anos devido a transformação digital e o avanço no uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC) na relação entre Estado e sociedade (Mossberger et al., 2008). O avanço da temática em diferentes áreas do conhecimento, como a administração e a educação, resultou em

uma série de estudos de construção e mensuração do conceito de cidadania digital (Chen et al., 2021).

Esse avanço na construção conceitual e nos instrumentos de mensuração de cidadania digital pode ser observado em um conjunto de revisões de literatura que foram sendo constituídas sobre a temática nos últimos anos. Revisões sistemáticas (Richardson et al., 2021), integrativas (Chen et al., 2021), comparativas (Fernández-Prados et al., 2021) e focadas na construção de mecanismos de mensuração (Choi et al., 2017; Fernández-Prados et al., 2021) permitem observar o desenvolvimento do conceito e de sua utilização em estudos empíricos.

Apesar de apontarem estudos interpretativistas (Chen et al., 2021) e críticos (Choi, 2016; Fernández-Prados et al., 2021) no campo da temática de cidadania digital, as revisões de literatura existentes tendem a apresentar essas perspectivas como categorias dentro de um mesmo constructo conceitual (Fernández-Prados et al., 2021). Algumas revisões incluem estas perspectivas alternativas como fatores em conjunto com a perspectiva hegemônica para construção de instrumentos únicos de mensuração de cidadania digital (Choi et al., 2017).

Partindo do entendimento de que a expansão do quadro geral de análise da cidadania digital necessita da observação destas perspectivas como corpos próprios e interrelacionados, propomos uma revisão de literatura que enfoque na apresentação destas diferentes perspectivas presentes no campo e como elas se relacionam entre si. Neste sentido, o objetivo deste estudo é apresentar as diferentes perspectivas epistêmicas de cidadania digital e sua relação no sentido da observação do quadro geral da temática.

Para cumprir com o objetivo estabelecido, propomos duas questões de pesquisa: (1) Quais as principais perspectivas epistemológicas de cidadania digital encontradas na literatura? (2) Como estas perspectivas se relacionam na construção da temática de cidadania digital?

A seleção dos artigos foi realizada através de uma revisão sistemática da literatura (Snyder, 2019), com os passos definidos pelas questões de pesquisa propostas. A análise dos artigos foi realizada utilizando o círculo das matrizes epistêmicas (de Paula, 2016),

permitindo a observação e separação dos estudos de matriz empírico-analítica, de matriz hermenêutica e de matriz crítica.

## 2 PRECISAMOS DE OUTRA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE CIDADANIA DIGITAL?

Ao revisar os artigos de uma conferência internacional, um professor da área de sistemas da informação questionou “quantas revisões sistemáticas de literatura o mundo precisa?”. Este questionamento reflete a profusão de revisões de literatura observadas no campo acadêmico nos últimos anos (Bispo, 2023; Vogel et al., 2017).

Na temática da cidadania digital, este avanço da revisão de literatura é algo positivo considerando se tratar de um campo relativamente novo de estudos e que ainda se encontra em desenvolvimento devido à transformação digital observada na sociedade (Mossberger et al., 2008). As revisões de literatura observadas neste campo de estudo conseguiram sintetizar o conceito e propor instrumentos de mensuração de cidadania digital a partir da análise da literatura publicada (Chen et al., 2021; Choi, 2016; Fernández-Prados et al., 2021).

Neste sentido, por que outra revisão de literatura sobre cidadania digital se faz necessária? Qual o gap existente nas revisões de literatura já publicadas sobre cidadania digital que justificam uma outra proposta neste campo? A análise das revisões já publicadas pode fornecer a resposta.

Uma das primeiras revisões sistemáticas de literatura publicadas na temática de cidadania digital foi a realizada por Manzuoli et al. (2019), que buscou observar a construção do conceito e tendências sobre o tema. A partir da revisão em diferentes bases de pesquisa, as autoras chegaram a duas categorias conceituais: cidadania digital como uma ponte para o empoderamento do cidadão e cidadania digital focada na análise de instrumentos e programas (Manzuoli et al., 2019).

Apesar de não se aprofundar sobre as diferentes perspectivas epistemológicas presentes no campo da cidadania digital, a revisão sistemática realizada por Manzuoli et al. (2019) identificou duas tendências distintas de observação. Enquanto a tendência de

análise de instrumentos e programas de cidadania digital foca na construção de formas de mensuração empírica do conceito, a cidadania digital como uma ponte para o empoderamento do cidadão foca na participação social do cidadão através do uso de TIC.

A revisão sistemática de literatura realizada por Richardson et al. (2021) analisou e descreveu os estudos sobre cidadania digital realizados entre os anos de 2004 e 2019. O foco desta revisão está em realizar uma análise quantitativa dos artigos por ano de publicação, revistas de publicação, região geográfica dos estudos, métodos utilizados, além de outras variáveis. Os autores utilizaram as quatro áreas de pesquisa em cidadania digital propostas por Choi (2016) para classificar 78 estudos, identificando uma predominância na área de alfabetização informacional (58,4%).

Fernández-Prados et al. (2021) focam sua revisão nos instrumentos de mensuração de cidadania digital a partir de uma perspectiva comparada. Eles selecionaram três escalas de dez identificadas na literatura e compararam através de um teste empírico com estudantes universitários.

A revisão integrativa da literatura de Chen et al. (2021) retoma a análise do conceito e das ferramentas de mensuração de cidadania digital buscando observar gaps no estado da arte sobre o tema. As autoras identificam a necessidade de colaboração interdisciplinar como forma de avançar as pesquisas sobre cidadania digital no âmbito político e prático.

O principal aspecto de confluência entre as revisões de literatura analisadas é a identificação da cadeia de construção do conceito de cidadania digital a partir das obras seminais de Ribble e Bailey (2007) e Mossberger et al. (2008). Apenas a revisão sistemática de Manzuoli et al. (2019) não cita a obra de Mossberger et al. (2008). Ribble e Bailey (2007) aparecem em todas as revisões de literatura como a referência de cidadania digital na área de educação e influenciando a construção de instrumentos de mensuração.

O que as revisões de literatura sobre cidadania digital apresentadas não conseguem abarcar são as diferentes perspectivas epistemológicas presentes no campo de estudo. A metodologia utilizada nas revisões consegue capturar estudos de outras

perspectivas, como a interpretativista de Isin & Ruppert (2020) observada por Chen et al. (2021) e a crítica de Emejulu & McGregor (2019), citada tanto por Chen et al (2021) quanto por Fernández-Prados et al. (2021). A questão é que estas perspectivas são observadas dentro de uma mesma conceituação, enquanto uma categoria constituinte (Choi, 2016) ou uma evolução do conceito (Fernández-Prados et al., 2021).

Revisões como a de Chen et al. (2021) chegam a propor a unificação conceitual de cidadania digital entre diferentes campos de estudo como forma de avanço da temática. Uma visão diferente desta se baseia no entendimento de que é na evolução da multiplicidade de perspectivas que o campo se desenvolve.

Neste sentido, as revisões de literatura analisadas não conseguiram abranger os clusters formados pelas diferentes perspectivas epistemológicas sobre cidadania digital devido aos próprios métodos selecionados para a realização da revisão (Bispo, 2023). Neste estudo, propomos um método sistemático alternativo para iluminar estas diferentes perspectivas. Este é o gap identificado no campo.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a realização da revisão de literatura proposta, partimos de duas questões: (1) Quais as principais perspectivas epistemológicas de cidadania digital encontradas na literatura? (2) Como estas perspectivas se relacionam na construção da temática de cidadania digital?

Estas questões foram respondidas através de uma revisão sistemática de literatura adotando os seguintes passos:

#### 3.1 Base de coleta de dados

Foi realizada uma pesquisa na base *web of science* utilizando os termos “*digital citizenship*”, “*ciudadania digital*” ou “*cidadania digital*” no título, resumo e palavras-chaves. Esta pesquisa inicial resultou em 1.032 artigos selecionados.

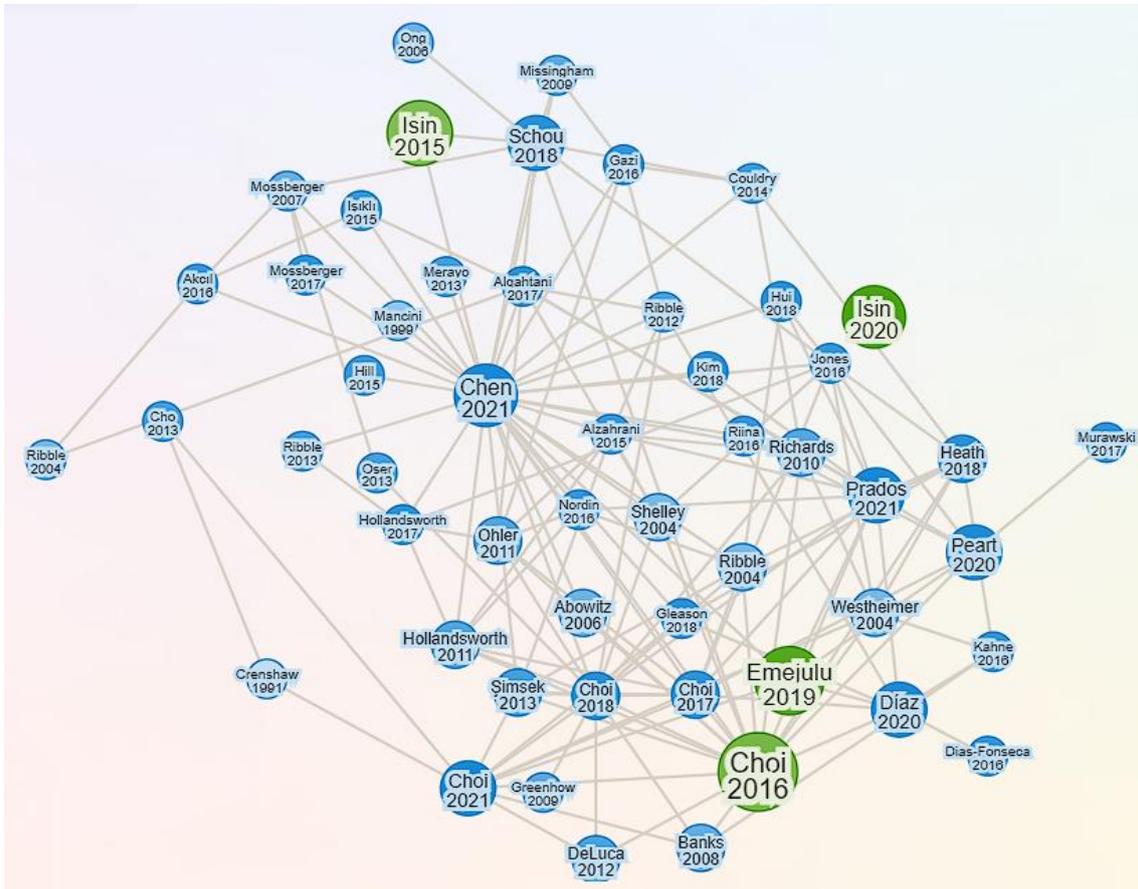
Estes artigos foram filtrados na plataforma de pesquisa por “*basis: highest first*”, sendo selecionados os 300 mais relevantes sobre a temática de cidadania digital. Esta base

foi migrada para uma aplicação de inteligência artificial para observarmos a formação dos *clusters*.

### 3.2 Formação do cluster base de cidadania digital

A base de 300 artigos foi migrada para a ferramenta *Research Rabbit*, sendo utilizada para formar uma categoria de cidadania digital dentro da aplicação. Os artigos constantes na base foram selecionados e utilizada a ferramenta *connection* para a formação do cluster base de artigos (figura 01):

**Figura 01 – Cluster base de artigos**



FONTE: *Research Rabbit* (2024)

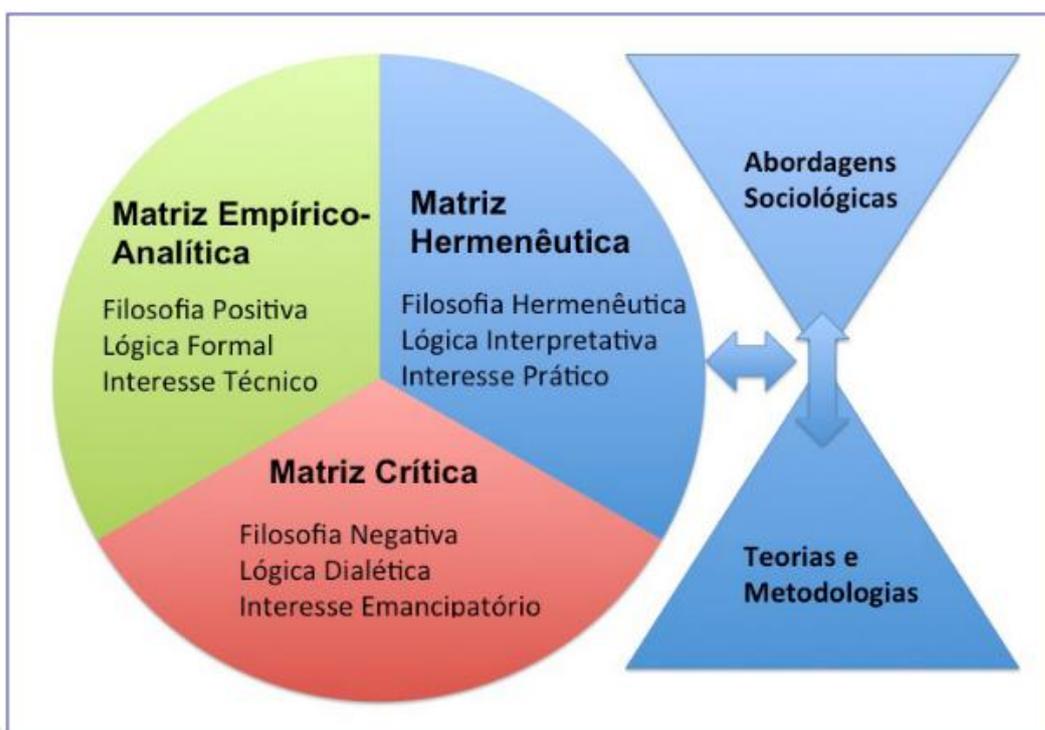
A partir do cluster construído através da aplicação de inteligência artificial, selecionamos 53 artigos para a próxima fase da revisão sistemática. A fase seguinte tratou da seleção de artigos frente as diferentes matrizes epistemológicas propostas de Paula (2016).

### 3.3 Categorias de análise a partir das matrizes epistemológicas

O círculo das matrizes epistemológicas (figura 02) proposto por de Paula (2016) sustenta que diferentes sistemas de produção do conhecimento procuram uma abordagem epistêmica e agregam teorias e métodos. Estes sistemas se orientam por três matrizes epistêmicas que se movimentam e dialogam entre si: a matriz empírico-analítica, a matriz hermenêutica e a matriz crítica.

A proposta de de Paula (2016) permite a análise da localização epistêmica de cada constructo dos sistemas científicos através de suas categorias principais. Essas categorias são utilizadas nesse estudo para a localização das diferentes perspectivas de cidadania digital:

Figura 02 – Círculo das matrizes epistêmicas, abordagens sociológicas, teorias e metodologias



Fonte: de Paula (2016).

- Matriz empírico-analítica: filosofia positiva, uso da lógica formal e preferência pelo interesse técnico;
- Matriz hermenêutica: filosofia hermenêutica, uso da lógica interpretativa e preferência pelo interesse prático; e
- Matriz crítica: filosofia negativa, uso da lógica dialética e interesse emancipatório.

A partir das características de cada matriz proposta por de Paula (2016), construímos categorias de análise para verificar o posicionamento dos 53 artigos

selecionados. Esta fase do processo foi realizada com o auxílio do aplicativo de inteligência artificial *Scispace*.

A categorização permitiu identificar e separar os artigos entre as três matrizes epistêmicas. Os artigos identificados como seminais ou mais influentes de cada matriz foram utilizados para construção de novos clusters na aplicação *Research Rabbit*.

Ao final do processo de seleção, foram destacados 23 artigos separados entre as três matrizes. Deste total de artigos, 11 correspondem a matriz empírico analítica, 06 a matriz hermenêutica e 06 a matriz crítica.

#### **4 MATRIZ EMPÍRICO-ANALÍTICA E A MENSURAÇÃO DE CIDADANIA DIGITAL**

Os estudos localizados na matriz empírico-analítica correspondem a perspectiva hegemônica no campo de estudo de cidadania digital. Estes estudos, em maior ou menor medida, estão alicerçados nas propostas conceituais seminais de Ribble e Bailey (2007) e Mossberger et al. (2008).

Ribble e Bailey (2007) desenvolvem seu conceito de cidadania digital na área de educação, entendendo que a base da cidadania digital está nas normas de uso apropriado e responsável das tecnologias por parte do cidadão. Por outro lado, Mossberger et al. (2008) entendem cidadania digital como a habilidade de participar da sociedade de forma online e que o cidadão digital é aquele que usa a tecnologia de forma regular e efetiva no exercício do dever cívico e na participação política em sociedade. A definição conceitual de Mossberger et al. (2008) está localizada na área da ciência política.

O ponto de encontro entre as duas definições seminais de cidadania digital, e em outras desenvolvidas com base nestes estudos ou em abordagens próximas, está na centralidade do cidadão frente a uma realidade política ou social dada. Neste sentido, a capacidade, a habilidade e a responsabilidade do cidadão em interagir com o Estado ou em sociedade através do uso de TIC é o foco central. A ausência ou restrição em alguma destas capacidades ou habilidades afetam o cidadão em participar politicamente ou ter igualdade de oportunidades com seus pares (Mossberger et al., 2008).

Estas construções conceituais hegemônicas de cidadania digital foram utilizadas tanto na área da educação quanto na área da ciência política para a construção de escalas de mensuração da cidadania digital (Fernández-Prados et al., 2021). Esta utilização do conceito para a construção de escalas de mensuração quantitativas reflete o interesse técnico de matriz empírico-analítica da perspectiva hegemônica.

As diferentes escalas de mensuração de cidadania digital partem da lógica de verificação da capacidade do cidadão em interagir com a sociedade ou com o Estado através do uso de TIC. A maior parte destas escalas estão direcionadas para a avaliação da cidadania digital entre estudantes (Al-Zahrani, 2015; Choi et al., 2017; Jones & Mitchell, 2016; Nordin et al., 2016).

Baseadas na proposta conceitual de Ribble e Bailey (2007), são constituídas dimensões nas escalas que buscam aferir o respeito, educação e proteção consigo próprio e com os outros na utilização de TIC (Al-Zahrani, 2015), o respeito e o engajamento civil online (Jones & Mitchell, 2016), e a etiqueta, responsabilidade, bem-estar e segurança no ambiente online (Nordin et al., 2016).

A proposta de Escala de Cidadania Digital (ECD) de Choi et al. (2017) é uma das mais completas no sentido da mensuração de cidadania digital na educação. Choi et al. (2017) partem de uma análise conceitual para estabelecer quatro categorias centrais de análise de cidadania digital: a) Ética digital; b) Alfabetização midiática e informacional; c) Participação/engajamento; e d) Resistência crítica.

Podemos observar que Choi et al. (2017) apresenta a resistência crítica enquanto uma categoria conceitual em sua proposta de escala. Uma perspectiva crítica também é apresentada como fator da escala, baseada na contribuição teórica de Feenberg (1991). Esta proposição de perspectiva crítica será discutida frente aos estudos de matriz crítica buscando verificar se a construção de uma escala dentro de um instrumento de mensuração é suficiente para o interesse emancipatório.

Inicialmente proposta para o ambiente educacional, a ECD foi revisada por Connolly e Miller (2022) para abarcar o público em geral e observar diferenças de gênero,

nacionalidade e geracionais. Neste sentido, a ECD extrapola a área da educação para abarcar estudos empíricos em outras áreas do campo de cidadania digital.

Paralelo a este desenvolvimento de escalas na área educacional, escalas de mensuração de cidadania digital foram construídas a partir do conceito de Moosberger et al. (2008). Estes estudos se baseiam em variáveis que afetam o acesso do cidadão as TIC e as oportunidades digitais existentes na sociedade e na relação com o Estado.

Pesquisas empíricas verificam como variáveis de nível de estudo e condições socioeconômicas afetam a forma como o cidadão se relaciona com as TIC (Yu & Liu, 2022), como o uso de smartphones afeta o acesso a cidadania digital de determinados grupos sociais (Mossberger et al., 2017) e como o acesso desigual à internet entre cidades afeta o cidadão e as comunidades (Mossberger & Tolbert, 2021).

Tanto as escalas de cidadania digital da área da educação quanto os estudos de acesso às TIC da área da ciência política compartilham uma mesma metodologia quantitativa de pesquisa baseadas na regressão e correlação entre variáveis. São predominantes os estudos empíricos voltados a utilização de escalas de análise e principalmente tendo como público-alvo estudantes e professores. Isto reflete o interesse técnico e a lógica formal da matriz empírico-analítica.

A partir dos estudos analisados, podemos observar como a matriz empírico-analítica é hegemônica no campo de estudos de cidadania digital e como ela se desenvolve a partir da discussão e teste das escalas de mensuração. Os conceitos seminais de Ribble e Bailey (2007) e Mossberger et al. (2008) permanecem presentes em estudos contemporâneos e são utilizados como base em propostas de categorias conceituais, como as de Choi (2016).

No entanto, nem Ribble e Bailey (2007) ou Mossberger et al. (2008) observam o cidadão como um sujeito político que age e pode estabelecer práticas sociais de mudança da realidade (Chen et al, 2021). A visão do cidadão digital como um agente que reivindica direitos e constrói sua cidadania através da prática (Isin & Ruppert, 2020) é a base de construção de outra matriz no campo da cidadania digital – a matriz hermenêutica.

## 5 A CONSTRUÇÃO INTERSUBJETIVA DO CIDADÃO DIGITAL: A MATRIZ HERMENÊUTICA DE CIDADANIA DIGITAL

A lógica interpretativista de cidadania digital parte do entendimento de que a forma como falamos e agimos através das TIC afeta a nossa constituição enquanto agentes políticos (Isin & Ruppert, 2020). Nossa subjetividade política digital é constituída através das práticas adotadas nesta interação através do ambiente digital, onde direitos de fala, acesso e privacidade coabitam com responsabilidades e obrigações digitais (Isin & Ruppert, 2020).

Em uma perspectiva pós-estruturalista, as interações políticas, online e offline, são as formas como os sujeitos democráticos se redefinem a partir da incorporação da comunicação digital (Asenbaum, 2019). A intersubjetividade destes cidadãos digitais em espaços online e offline constituem a cidadania digital (Asenbaum, 2019).

Neste sentido, a cidadania digital não é algo presente e inalterável na realidade material que deve ser acessada pelos indivíduos através das TIC. O cidadão digital também não deve ser observado como uma figura já existente e recipiente de direitos que acessa ou não esta cidadania digital externa a ele (Isin & Ruppert, 2020). O cidadão digital é sujeito materializado através da experiência e que age através da internet reivindicando direitos (Isin & Ruppert, 2020).

Partindo desta concepção de cidadão digital, Schou e Hjelholt (2018) demonstram, através de uma análise crítica do discurso, como o cidadão digital foi construído discursivamente através de estratégias governamentais no contexto dinamarquês. Neste estudo, a cidadania digital é vista como vinculada aos componentes imaginários e discursivos que reproduzem e reforçam racionalidades neoliberais.

Schou e Hjelholt (2019) relacionam a cidadania digital como práticas situadas em um macroprocesso econômico e político, demonstrando como a digitalização afeta as formas contemporâneas de governança e administração pública. Através da análise de cinco estratégias de governo digital na Dinamarca, combinada com entrevistas qualitativas, o estudo aponta como a construção da cidadania digital e do cidadão digital se relacionam com as práticas governamentais de governo digital.

Na área da educação, a matriz hermenêutica pode ser observada em estudos que entendem dados e algoritmos como atores que cumprem funções socio materiais e não como entidades puramente técnicas (Jarke & Breiter, 2021). As práticas de acesso digital estabelecidas por estes atores podem gerar novas formas de participação para os estudantes, mas requerer conhecimentos técnicos apurados (Jarke & Breiter, 2021).

Seguindo esta mesma proposição de dados e algoritmos como atores que cumprem funções socio materiais, Rajão e Jarke (2018) observam como dados abertos cumprem um papel no ativismo ambiental e nas práticas de tomadas de decisão na Amazônia brasileira. Diferentes relações e configurações materiais entre os atores não são decisões racionais técnicas, mas parte da disputa política entre diferentes grupos sociais tentando moldar a relação entre transparência de dados e tomada de decisões (Rajão & Jarke, 2018).

A partir destes estudos, podemos observar como a matriz hermenêutica de cidadania digital estabelece seu foco na observação da construção do cidadão digital e da cidadania a partir das relações intersubjetivas entre diferentes atores. A partir das práticas sociais destes atores, o que engloba inclusive os artefatos digitais em uma visão sociotécnica, é que a cidadania digital emerge enquanto uma construção relacional.

Na análise dos estudos empíricos realizados a partir desta matriz, verificamos a predominância de utilização de métodos qualitativos de pesquisa. Em contraste com os métodos quantitativos de regressão e correlação de dados observados na matriz empírico-analítica, os estudos de matriz hermenêutica apresentam métodos qualitativos como análise documental e análise de discurso.

A base da crítica da matriz hermenêutica sobre a matriz empírico-analítica está em questionar a cidadania digital como uma realidade externa a ser acessada através das TIC e os algoritmos e dados como entes técnicos que não possuem papel ativo na construção do cidadão digital. Para esta matriz, o cidadão digital não é um sujeito de direitos pré-constituído, mas sua formação é diretamente relacionada com as relações intersubjetivas no ambiente online e offline.

A crítica da neutralidade da matriz empírico-analítica de cidadania digital não é algo específico dos estudos de matriz hermenêutica. Outra matriz também irá dialogar diretamente com a matriz hermenêutica na construção desta crítica: a matriz crítica.

## 6 “WE DON’T NEED NO THOUGHT CONTROL”: A MATRIZ CRÍTICA E A CIDADANIA DIGITAL RADICAL

Na visão dos estudos de matriz crítica, a perspectiva hegemônica de cidadania digital assume uma neutralidade tecnológica que encobre os aspectos e implicações políticas das TIC (Emejulu & McGregor, 2019). Focada em analisar o que há de novo em termos de TIC para a cidadania, a concepção dominante parece ter esquecido que a construção da cidadania ocorre através de lutas coletivas por direitos sociais, políticos, econômicos e cívicos (Emejulu & McGregor, 2019; Marshall & Bottomore, 2021).

Se contrapondo a esta posição hegemônica, Emejulu e McGregor (2019) propõem a construção de uma cidadania digital radical. A cidadania digital radical se constitui de práxis através das quais indivíduos e grupos analisam criticamente as consequências sociais, políticas, econômicas e ambientais do uso diário das TIC e constroem ações para a construção de tecnologias e práticas tecnológicas alternativas e emancipatórias (Emejulu & McGregor, 2019).

Na visão da matriz crítica, as TIC não podem ser observadas enquanto separadas das relações desiguais de poder nas quais estas tecnologias foram criadas e são utilizadas (Ross et al., 2022). Discussões já estão sendo estabelecidas sobre estas relações desiguais de poder e movimentos sociais já atuam para modificar estas relações. No âmbito escolar, a alfabetização digital deve empoderar os estudantes para analisar as estruturas de poder e justiça social na educação digital, tornando-os agentes ativos de transformação (Emejulu & McGregor, 2019; Ross et al., 2022).

Na proposta de alfabetização digital crítica de Pangrazio (2016), o modelo de alfabetização deve estar voltado para demonstrar as relações de poder e ideologia existentes no contexto digital. O objetivo deste modelo está em possibilitar aos estudantes

a visão de como a arquitetura de poder se constrói e se consolida através do uso das TIC (Pangrazio, 2016).

Através da cidadania digital radical, a alfabetização digital pode ser repensada para a formação de cidadãos digitais críticos que questionem as relações desiguais de poder e o contexto nos quais as TIC são utilizadas e construídas. A educação pode ser transformada para questionar o colonialismo nas instituições educacionais (Reyes et al., 2023), construir uma didática inclusiva de gênero e orientação sexual (Ortega-Sánchez, 2023) e construir habilidades para imaginar um futuro diferente (Ylipulli & Vigren, 2024).

Apesar de concordarem quanto a não neutralidade da tecnologia e da cidadania digital como algo dado, as matrizes hermenêuticas e crítica apresentam diferenças epistemológicas nítidas entre si. Enquanto estudos de matriz hermenêutica estão voltados para o entendimento das práticas intersubjetivas que constituem o cidadão digital, a matriz crítica foca nas relações assimétricas de poder na construção da cidadania digital e como diferentes atores podem ser empoderados pelas TIC para modificar estas relações.

O interesse emancipatório se demonstra latente nos estudos de matriz crítica devido a este questionamento das relações de poder e a construção de tecnologias e práticas tecnológicas de modificação desta realidade. Apesar de majoritariamente voltados para a área da educação e construção de modelos alternativos de alfabetização digital, os frameworks teóricos dos estudos podem ser ajustados para abarcar outras áreas, como o empoderamento de indivíduos e comunidades marginalizadas.

No aspecto metodológico, as pesquisas de matriz crítica tendem a compartilhar o interesse por estudos qualitativos como a matriz hermenêutica. Estudos de caso e etnografias foram alguns dos métodos observados em estudos empíricos construídos a partir desta matriz.

Apesar de estudos como o de Choi et al. (2017) proporem a inclusão de indicadores críticos dentro de uma ferramenta de mensuração de cidadania digital, entende-se que estes fatores não são suficientes para o entendimento da complexidade das relações assimétricas de poder da cidadania digital. No entanto, a proposta de Choi et al.

(2017) possibilita o estabelecimento de um diálogo entre as diferentes matrizes e a visualização da construção de um sistema unitário de conhecimento sobre cidadania digital.

## 7 UM DIÁLOGO ENTRE AS MATRIZES DE CIDADANIA DIGITAL É POSSÍVEL?

Uma das vantagens da utilização do círculo das matrizes epistêmicas para a análise dos estudos em cidadania digital é a capacidade que o círculo possibilita de entender as matrizes como partes constituintes de um todo integrado (de Paula, 2016). Neste sentido, o interesse técnico, o interesse prático e o interesse emancipatório zelam pela unidade do sistema de ação e experiência.

Se entendermos como (Goldkuhl, 2007) que a ação humana depende das possibilidades existentes em um determinado contexto, podemos estabelecer a primeira relação entre o interesse técnico e o interesse prático em cidadania digital. Esta relação ocorre através da maturidade das ferramentas de mensuração de cidadania digital para capturar as circunstâncias e da análise das práticas sociais para a verificação da capacidade de intervenção nesta realidade por parte dos atores.

Neste sentido, uma escala como a ECD (Choi et al., 2017; Connolly & Miller, 2022) pode ser adaptada para a análise dos fatores de cidadania digital em um determinado contexto. Posteriormente, uma análise de discurso crítica pode ser realizada com os atores existentes para entender como as práticas sociais afetam este contexto e a própria formação destes enquanto cidadãos digitais.

O interesse emancipatório da matriz crítica depende desta análise contextual trazida pela matriz empírico-analítica e das práticas analisadas através da matriz hermenêutica para se efetivar em algo concreto. A cidadania digital crítica (Emejulu & McGregor, 2019) e a alfabetização digital crítica (Pangrazio, 2016) necessitam ir além da análise da assimetria de poder para se concretizarem em uma possibilidade emancipatória factual.

A análise de construção do cidadão digital de Isin e Ruppert (2020) pode se configurar em uma descrição e compreensão pura desta construção se este cidadão não é entendido no contexto e na sua capacidade de ação sobre este contexto. Os interesses técnicos e emancipatórios podem auxiliar nesta tarefa.

Quanto ao interesse técnico isolado, as críticas estabelecidas pelos estudos de matriz hermenêutica e crítica apontam sobre os problemas causados pela visão neutra da tecnologia e da cidadania digital. Escapar das armadilhas da neutralidade instrumental são as contribuições que o interesse prático e o interesse emancipatório podem trazer para a matriz empírico-analítica.

A ECD proposta por Choi et al. (2017) e os diálogos estabelecidos entre a matriz hermenêutica e a matriz crítica nos estudos de Isin e Ruppert (2020) e Emejulu e McGregor (2019) estabelecem caminhos iniciais que podem ser seguidos para estabelecer as relações entre as diferentes matrizes. Estas relações iniciais podem ser expandidas para abarcar estudos que dialoguem com as três diferentes matrizes em conjunto.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo estabelecido para este estudo foi de apresentar as diferentes perspectivas epistêmicas de cidadania digital e sua relação no sentido da observação do quadro geral da temática de cidadania digital. Estas diferentes perspectivas foram apresentadas através de uma revisão de sistemática da literatura com as categorias construídas a partir do círculo das matrizes epistêmicas de Paula (2016).

No âmbito metodológico, o estudo busca trazer uma contribuição para a discussão sobre revisões sistemáticas da literatura. Os critérios de seleção de artigos adotados e o apoio de ferramentas de IA permitiu localizarmos estudos que iam além da perspectiva hegemônica e que formavam clusters de outras perspectivas epistêmicas.

A contribuição teórica da pesquisa está na possibilidade de estabelecimento de relações entre as diferentes matrizes de estudo de cidadania digital. Estudos analíticos e empíricos que observem os três interesses a partir de uma visão integrativas possuem o

potencial de avançar no campo de pesquisa em cidadania digital ampliando a visão sobre o objeto de estudo.

As escolhas feitas para a revisão sistemática da literatura carregam em si as limitações existentes nesta pesquisa. Poucos artigos analisados são oriundos do sul global ou apresentam uma perspectiva decolonial. O recorte de seleção de artigos necessita ser expandido para abarcar estas visões.

## REFERÊNCIAS

Al-Zahrani, A. (2015). Toward Digital Citizenship: Examining Factors Affecting Participation and Involvement in the Internet Society among Higher Education Students. *International Education Studies*, 8(12), 203. <https://doi.org/10.5539/ies.v8n12p203>

Asenbaum, H. (2019). Rethinking Digital Democracy: From the Disembodied

Discursive Self to New Materialist Corporealities. *Communication Theory*.  
<https://doi.org/10.1093/ct/qtz033>

Bispo, M. S. (2023). Um olhar crítico sobre a prática de revisão de literatura. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(6), e230264. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023230264.por>

Chen, L. L., Mirpuri, Rao, N., & Law, N. (2021). Conceptualization and measurement of digital citizenship across disciplines. *Educational Research Review*. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2021.100379>

Choi, M. (2016). A Concept Analysis of Digital Citizenship for Democratic Citizenship Education in the Internet Age. *Theory and Research in Social Education*, 44(4), 565–607. <https://doi.org/10.1080/00933104.2016.1210549>

Choi, M., Glassman, M., & Cristol, D. (2017). What it means to be a citizen in the internet age: Development of a reliable and valid digital citizenship scale. *Computers and Education*, 107, 100–112. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2017.01.002>

Connolly, R., & Miller, J. (2022). Evaluating and Revising the Digital Citizenship Scale. *Informatics*, 9(3), 1–13. <https://doi.org/10.3390/informatics9030061>

de Paula, A. P. P. (2016). Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(1), 24 a 46. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/31419>

Emejulu, A., & McGregor, C. (2019). Towards a radical digital citizenship in digital education. *Critical Studies in Education*, 60(1), 131–147. <https://doi.org/10.1080/17508487.2016.1234494>

Feenberg, A. (1991). *Critical theory of technology*. NY: Oxford University Press

Fernández-Prados, J. S., Lozano-Díaz, A., & Ainz-Galende, A. (2021). Measuring digital citizenship: A comparative analysis. *Informatics*, 8(1), 1–13. <https://doi.org/10.3390/informatics8010018>

Goldkuhl G. (2007). What does it mean to serve the citizen in e-Services? - towards a practical theory founded in socio-instrumental pragmatism. *International Journal of Public Information Systems*, 3, 135–159, available at: <http://www.ijpis.net/issues/>.

Isin E, Ruppert E (2020) *Being Digital Citizens*. 2nd ed. London/New York, NY: Rowman and Littlefield International.

Jarke, J., & Breiter, A. (2021). Die Schule als digitale Bewertungsfiguration? *MedienPädagogik: Zeitschrift Für Theorie Und Praxis Der Medienbildung*, 44(44), 140–159. <https://doi.org/10.21240/mpaed/44/2021.11.01.x>

Jones, L. M., & Mitchell, K. J. (2016). Defining and measuring youth digital citizenship.

*New Media and Society*, 18(9), 2063–2079.  
<https://doi.org/10.1177/1461444815577797>

Manzuoli, C. H., Vargas, M. A., Erika, S. M., & Bedoya, D. (2019). Digital Citizenship: A Theoretical Review of the Concept and Trends. *Turkish Online Journal of Educational Technology - TOJET*, 18(2), 10–18.

Marshall, T. H. & Bottomore, T. (2021). *Cidadania e Classe Social*. Editora Unesp

Mossberger, K., & Tolbert, C. J. (2021). Digital citizenship and digital communities: How technology matters for individuals and communities. *International Journal of E-Planning Research*, 10(3), 19–34.  
<https://doi.org/10.4018/IJEPR.20210701.0a2>

Mossberger, K., Tolbert, C. J., & Anderson, C. (2017). The mobile Internet and digital citizenship in African-American and Latino communities. *Information Communication and Society*, 20(10), 1587–1606.  
<https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1243142>

Mossberger, K., Tolbert, C. J., & McNeal, R. S. (2008). *Digital citizenship : the internet, society, and participation*. MIT Press.

Nordin, M. S., Ahmad, T. B. T., Zubairi, A. M., Ismail, N. A. H., Rahman, A. H. A., Trayek, F. A. A., & Ibrahim, M. B. (2016). Psychometric Properties of a Digital Citizenship Questionnaire. *International Education Studies*, 9(3), 71.  
<https://doi.org/10.5539/ies.v9n3p71>

Ortega-Sánchez, D. (2023). Digital literary readings for the promotion of gender and affective-sexual diversity: Predictors of its didactic recommendation in secondary education. *Contemporary Educational Technology*, 15(4).  
<https://doi.org/10.30935/cedtech/13589>

Pangrazio, L. (2016). Reconceptualising critical digital literacy. *Discourse*, 37(2), 163–174. <https://doi.org/10.1080/01596306.2014.942836>

Rajão, R., & Jarke, J. (2018). The materiality of data transparency and the (re)configuration of environmental activism in the Brazilian Amazon. *Social Movement Studies*. <https://doi.org/10.1080/14742837.2018.1459297>

Reyes, N. A. S., Nelson, C. A., Lee, S., Reyes, A., Shelly, L. R., & Chang, E. (2023). (Re)Wiring Settler Colonial Practices in Higher Education: Creating Indigenous Centered Futures Through Considerations of Power, the Social, Place, and Space. In L. W. Perna (Ed.), *Higher Education: Handbook of Theory and Research: Volume 39* (pp. 1–77). Springer Nature Switzerland.  
[https://doi.org/10.1007/978-3-031-32186-3\\_5-1](https://doi.org/10.1007/978-3-031-32186-3_5-1)

Ribble, M., & Bailey, G. (2007). *Digital citizenship in schools (1st ed.)*. International Society for Technology in Education.

Richardson, J. W., Martin, F., & Sauers, N. (2021). Systematic review of 15 years of

research on digital citizenship: 2004–2019. *Learning, Media and Technology*, 46(4), 498–514. <https://doi.org/10.1080/17439884.2021.1941098>

Ross, J. N., Eastman, A., Laliberte, N., & Rawle, F. (2022). The power behind the screen: Educating competent technology users in the age of digitized inequality. *International Journal of Educational Research*, 115(September 2021), 102014. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2022.102014>

Schou, J., & Hjelholt, M. (2019). Digitalizing the welfare state: citizenship discourses in Danish digitalization strategies from 2002 to 2015. *Critical Policy Studies*, 13(1), 3–22. <https://doi.org/10.1080/19460171.2017.1333441>

Schou, J., & Hjelholt, M. (2018). Digital citizenship and neoliberalization: governing digital citizens in Denmark. *Citizenship Studies*. <https://doi.org/10.1080/13621025.2018.1477920>

Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104(July), 333–339. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>

Vogel, R., Hattke, F., & Petersen, J. (2017). Journal rankings in management and business studies: What rules do we play by? *Research Policy*, 46(10), 1707–1722. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2017.07.001>

Wall, J. D., Stahl, B. C., & Salam, A. F. (2015). Critical discourse analysis as a review methodology: An empirical example. *Communications of the Association for Information Systems*, 37, 257–285. <https://doi.org/10.17705/1cais.03711>

Ylipulli, J., & Vigen, M. (2024). From Skilled Users to Critical Citizens? Imagining and Future-Making as Part of Digital Citizenship. In D. Radovanović (Ed.), *Digital Literacy and Inclusion: Stories, Platforms, Communities* (pp. 15–31). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-031-30808-6\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-031-30808-6_2)

Yu, X., & Liu, S. (2022). Disparities in Online Use Behaviours and Chinese Digital Inclusion: A 10-Year Comparison. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(19). <https://doi.org/10.3390/ijerph191911937>